



A Retomada: São Paulo é Território Indígena

Uma discussão sobre a qualificação do SUAS e do fortalecimento da política indígena



Gabriele Duarte Shoji

Universidade de São Paulo

gabrieleduarte.gd@usp.br

Resumo

Tendo em vista o histórico genocídio e etnocídio dos povos originários na cidade de São Paulo, este trabalho visa estabelecer o respeito as cosmovisões dos povos originários da cidade por uma discussão sobre a qualificação do atendimento do SUAS. Por um SUAS Sem Racismo! O Censo TI Jaraguá 2024 registra a presença da população indígena do Território do Jaraguá, reconhecendo as particularidades dos povos, trazendo à tona suas diferentes realidades frente à urbanidade para o debate das políticas públicas. Dando atenção ao fenômeno demográfico como forma de agenciar a presença indígena da cidade na luta contra o apagamento da sua territorialidade e memória, causadas pela violência institucional da sistematização de dados por metodologias que não consideram o caráter epistemológico das dinâmicas de parentesco e de reciprocidade. A valorização da pluralidade de ideias e a multiplicidade sociocultural devem ser as bases iniciais para realização de ações de trabalho, pesquisa e atendimento de indígenas. Destacando a colaboração com as lideranças e comunidades indígenas, viabilizamos uma articulação de base e uma agenda interlocutora que possui formas sociais, procedimentos próprios e memórias locais que devem influenciar diretamente o repertório metodológico na documentação e na atuação de servidores em territórios e comunidades indígenas. Este trabalho fortalece o embasamento etnográfico da observação participante como método de escuta ativa e sensível, respeitando o protagonismo indígena e promovendo a centralidade de suas memórias.

Palavras-chave:

Assistência Social; metodologia; política indígena; Guarani Mbya; parentesco.

1. Introdução

Este trabalho parte da discussão do histórico genocídio e apagamento dos povos originários, especificamente na historiografia da cidade de São Paulo¹. Apresento uma etnografia realizada durante a minha experiência de estágio na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) no ano de 2024. Apesar de atuar em áreas como Saúde, Educação, Direitos Humanos e Assistência Social, a PMSP carece de dados específicos que permitam desenhar políticas públicas que atendam as populações indígenas na cidade de São Paulo. Essa lacuna impacta diretamente a formulação de políticas públicas sensíveis às particularidades culturais e territoriais dos povos originários. Consequentemente, as políticas

¹ A Vila de São Paulo foi o principal centro de escravidão indígena do Estado brasileiro. Este sistema legal constitui uma especificidade paulista baseado na ampla dimensão do tipo de escravismo (Perrone-Moises, 1992).





institucionais corroboram para a violência e invisibilidade contra os povos originários e para contínua não impressão das cosmologias nas políticas públicas e na metodologia de recursos censitários que orientam ações de trabalho por parte do poder público nos territórios.

Para este projeto, a elaboração de diagnósticos e disponibilização de dados pretendeu incorporar aos métodos de apreensão de dados populacionais indígenas a etnografia² como base da natureza de pesquisas que contemplem essa população. Segundo os dados estatísticos oficiais (IBGE, 2022), a capital paulista é a cidade com mais indígenas de São Paulo. São 19.777, o equivalente a 52,3% mais do que o registrado em 2010. E quando consultado o território, os atores locais - Saúde, Educação, Assistência, FUNAI, que atuam diretamente com os povos originários, expõem uma ampla disparidade entre os dados quantitativos e rara produção qualitativa, ambas sem um quadro metodológico que contemple a complexidade da vivência indígena frente a urbanidade. O que denota a falha nos registros dessas populações, devido a metodologia aplicada, que não considera o caráter itinerante e não possui um plano de trabalho censitário que acompanha o fenômeno demográfico específico, sendo prioritária a construção de forma colaborativa com as lideranças indígenas.

Demonstrando a urgência da ressignificação do trabalho de assistência social que deveria visibilizar a justiça de transição para os povos indígenas. Este projeto é o produto de idas a campo desde novembro de 2023, e desde então promove a difusão de informações acerca da população indígena em São Paulo, estabelecendo os conhecimentos etnográficos como a convergência do atendimento do Estado e as demandas dos indígenas do Território do Jaraguá. São estas, questões determinantes que demonstram a emergência da elaboração de um Censo Indígena e de diagnósticos com viés cosmológico indigenista. Este, objetivo deste projeto em desenvolvimento na Prefeitura, que contribui para elaboração de subsídios para políticas públicas no estágio de estabelecimento do problema e formulação da política, estimulando a visibilidade para a presença de Guaranis, Pankararu, Xukuru, Tupi Guarani, Xavante, Aikana, Kariri, Xoco, Pankarare, Tapuia e Terenas³ na cidade de São Paulo.

2. Metodologia e Epistemologia indígena

² Etnografia compreende o estudo, pela experiência, das de vivência de um grupo de pessoas associadas de alguma maneira. A plurização étnica na antropologia contesta a perspectiva de alteridade por estar calcada na distância cultural e situar o “outro” pela marcação da branquitude racial e generificada (Pereira, 2020).

³ Etnias citadas com base na concentração populacional étnica do Cadastro Único de 2023 na cidade de São Paulo.





“No começo de tudo, quando não havia tempo ainda, havia Nhamandu. Nhamandu é “o silêncio que tudo ilumina”, é o ancestral de todos os ancestrais. Num determinado dia, dentro da própria luminosidade, Nhamandu, que é mais que qualquer sol, Nhamandu quis conhecer a dimensão de si mesmo. Foi quando ele se encolheu, dentro do Grande Início, se recolheu dentro de si mesmo e viu que era vasto. Nhamandu quis conhecer toda a dimensão de si, então se transformou numa coruja. Não é essa coruja que vemos agora, mas a coruja primordial. E como a coruja, Nhamandu se viu dentro da Grande Noite e viu que era vasta. Nhamandu queria saber a sua altura, o seu comprimento, então se transformou num colibri: Mainu, na língua guarani. E como Mainu, o colibri, Nhamandu conseguiu voar velozmente em todas as dimensões de si: voou acima, abaixo e ao centro.” - A narrativa de origem por Ivandro Tupã Guarani Mbya.

Quanto à compreensão cosmológica, o mito é uma história verdadeira por se referir a realidades (Eliane, 1963). É no mito que se compreende a territorialidade indígena, a partir da origem da constituição do território permeado e determinado pelas relações míticas que se dão no cotidiano com o universo imaterial de práticas e saberes ancestrais. A análise territorial na cidade de São Paulo é um instrumento para construção de um saber local a partir das redes socioassistenciais, integradas com o Sistema Único da Assistência Social – SUAS, compreendendo assim as particularidades existentes em cada território, com suas potencialidades e vulnerabilidades.

Atualmente o projeto conta com cinco etapas que devem variar de acordo com a caracterização étnica dos Territórios Indígenas da cidade, neste ano de 2024 no Jaraguá (zona norte) e no próximo ano em Tenondé Porã (zona sul). O projeto atual conta com as seguintes etapas: redação da proposta de intervenção (novembro e dezembro de 2023); idas a campo para consulta do território e levantamento de informações do campo (janeiro a abril de 2024); elaboração em discussão com as lideranças de um Censo Indígena com variáveis que contemplem o problema da população específica Guarani Mbya (maio a julho); aplicação do Censo (agosto a novembro); e produção de um diagnóstico etnográfico que registre a luta pela Retomada da TI Jaraguá com o uso de entrevistas com lideranças, mulheres e juventude envolvidas nesta trajetória. O próximo passo será aplicar o Censo das populações indígenas de contexto urbano, tendo destaque a etnia Pankararu no bairro Real Parque distrito Morumbi (zona oeste), São Mateus e Sapopemba (zona leste) da cidade.

Durante as visitas, em contato com as instituições e agentes do território, tivemos acesso às estimativas populacionais atualizadas, como os registros de assistentes sociais das





Subprefeituras e o Programa Saúde da Família nas UBSs. Mas o que chamou a atenção foi o cálculo estimativo feito pelas lideranças indígenas que projetou quantas famílias e integrantes formam suas aldeias segundo o caráter migratório do grupo, caracterizando a população fixa e viajante. Ressalto que os dados das lideranças sempre ultrapassaram os das instituições, devido a localização dos núcleos mais distantes o atendimento é concentrado em duas aldeias que possuem serviços de educação e saúde do Estado (CECI, Escola Estadual e Unidade Básica de Saúde e Indígena). Neste último caso, a SESAI não possui ou disponibiliza dados da população e se utiliza dos dados do Programa Saúde da Família. Sobre o caso dos Guaranis, é preciso fazer a ressalva, admitindo a rotatividade derivada do caráter migrante do grupo.

Entre as publicações da antropologia há um consenso sobre a dificuldade de quantificar a população Guarani (Melià, 1990). No caso Mbya, a dinâmica social está implicada na mobilidade territorial que compreende a rede de parentesco e sistema de reciprocidade Guarani (intercâmbios: visitas, rituais, cultivos, materiais). Somado a dificuldade de acesso na localização de aldeias, quando convertidas institucionalmente sistematizam desinformações e segundo os relatos, acabam se tornando prejudiciais para a população. Dessa forma, percebe-se que a população indígena está subnotificada, não existindo o respeito por suas particularidades cosmológicas, o que corrobora para o não reconhecimento de suas formas de territorialização.

Assumindo a metodologia da etnografia em etnologia para compreender a sociabilidade estruturada por valores, dinâmicas e historicidade do parentesco indígena que concebem ontologias. Conseguimos apreender uma forma de plano de trabalho censitário e de sistematização de dados que contemplem as particularidades do território específico. Por meio das técnicas de ida a campo o tema da vulnerabilidade social no Território Indígena foi focalizado, o que direcionou entrevistas e narrativas dos interlocutores para este contexto. Neste momento, pretendemos dar atenção ao fenômeno demográfico como forma de agenciar a presença indígena da cidade na luta contra o apagamento da sua territorialidade e memória, causadas pela violência institucional da sistematização de dados por metodologias que não consideram o caráter epistemológico das dinâmicas de parentesco e de reciprocidade que as famílias indígenas vivenciam.

Entre os Guarani a sociedade é o próprio parentesco, e a natureza está investida nele como sobrenatureza, logo está também presente na própria concepção de humanidade. Esse fundamento da alteridade deve embasar as políticas públicas da assistência social no seu atendimento à família e indivíduos indígenas. Nessa discussão as questões das categorias





identitárias e sociais, ampliam o paradigma do relativismo cultural⁴ ao extrapolar a conjectura da simples autonomia das culturas para composição do agenciamento na reconfiguração da atuação da política de assistência frente às desproteções sociais da família indígena em São Paulo.

3. Família indígena e parentesco cosmológico

Filhos e netos da liderança Jandira Krexu e Joaquim Augusto, e liderança Xeramõi José Fernandes, fundadores das Terras Indígenas na cidade de São Paulo (Jaraguá e Tenondé Porã), são segundo a especificidade da morfologia social Mbya (Ladeira, 2007, p.47), as principais genealogias, que detectam as relações de parentesco na população indígena da cidade de São Paulo. No Jaraguá os parentes de Joaquim Augusto e Jandira Augusto, e parentes do Xeramõi José Fernandes, liderança política e espiritual. Assim, os itinerários dos grupos familiares, como origem e divisões das lideranças promovem os fluxos migratórios mais intensos a partir desses dois núcleos familiares formados na década de 1960 no Pico do Jaraguá e na Serra do Mar – Parelheiros.

Família é o caráter central da política de assistência social, a PNAS articula a atuação dos serviços e benefícios do SUAS pelo núcleo da matricialidade sociofamiliar e estabelece família como o conjunto de pessoas unidas por laços conseguimos, afetivos e/ou de solidariedade cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e/ou dependência econômica (MDS, 2017, p. 43). Reconhecendo a variação dos valores e arranjos familiares de acordo com os diversos contextos socioculturais. Dessa forma, as identidades culturais estabelecem demandas distintas segundo suas características e valores devendo a atuação da assistência social desconstruir o modelo tradicional de família nuclear, como previsto na implementação do PAIF segundo atendimento específico étnico (Brasil, 2012, p.20). Na prática a falta de capacitação para o atendimento e cadastramento do Cadastro Único de pessoas indígenas se destaca, conferindo a necessidade da superação do preconceito na assistência social, e reelaboração de programas de benefícios e serviços específicos para o atendimento étnico diversificado.

A PNAS assume o parentesco a partir de critérios socioculturais diferenciados, estabelecendo a predominância da família extensa em sociedades indígenas segundo seu

⁴ Franz Boas (1858-1942) desenvolveu o paradigma do Relativismo Cultural. Há a perspectiva da autonomia e singularidade cultural, oposta a visão ocidental colonizante que hierarquiza populações a partir de diferenças culturais.





sistema de reciprocidade implicado em atividades econômicas, políticas e religiosas. E estabelece o convívio associado a proteção das subjetividades coletivas e culturais como prática combatente da exclusão de direitos e preconceitos. A concepção de família na antropologia é modificada por Lévi-Strauss (1908 – 2009) na *teoria da aliança*, rompendo com a concepção tradicional de família como unidade biológica – pai, mãe e filhos. Partindo para compreensão da família como aliança entre grupos, no qual o fazer social torna-se possível, pois a troca está na base de toda forma de relação social. Assim, as relações familiares, compreendidas pela base fundamental de relações de troca, são formas de um *sistema de comunicação*, que segundo a concepção estruturalista constitui a sociedade feita de indivíduos e grupos que se comunicam (Lévi-Strauss, 1967, p.336). Para Lévi-Strauss em *As Estruturas Elementares do Parentesco* (2012), estabelece a *desnaturalização da família* pela afirmação do social, com isso a família é pensada pela noção de troca e reciprocidade. Ao se afastar da unidade mínima (afinidade, filiação e consanguinidade) e voltar-se para o sistema de parentesco como um todo, o autor alcança a importância da aliança na constituição da família e a amplia para um sistema quadrangular (marido - mulher, pais- filhos, irmão-irmã e tio-sobrinho), constituindo o átomo do parentesco em dois grupos prévios (Da Matta, 1983). Logo, o que é verdadeiramente elementar não são as famílias, mas a relação entre os termos (Lévi-Strauss, 1967, p.69). Ainda segundo Da Matta (1983, p.28), o pensamento sobre família como unidade individualizada é etnocêntrico, por informar a concepção de família e parentesco centrada em uma unidade triangular de relações individuais que precede a sociedade.

No caso dos Guarani Mbya (Tupi-Guarani), etnia de população predominante na cidade de São Paulo, com certa homogeneidade de aspectos linguísticos e de cultura, mas completamente heterogênea na constituição territorial pela dispersão e implicações nos processos de visibilidade da presença indígena e demarcação de terras na cidade de São Paulo. Os processos de organização Mbya, produzem uma rede de comunicação rizomática (Goes, 2020), no qual, cada fundação central de parentesco funda uma *Tekoa*⁵ e torna-se um ponto de enraizamento, que se estabelece a partir do caráter do parentesco cosmológico, estabelecido pelos Mbya e os seres primordiais. Neste sentido, a partir da terminologia de lideranças espirituais, como *xeramoí* (meu avô) *xejaray* (minha avó), compreende-se a relação do

⁵ O conceito *tekoa* dos Guarani (Ladeira, 1992) é concebido como a síntese da relação de um povo com o meio ambiente. *Tekoa* é aldeia, lugar que conjuga mata e moradia, contém os modos de vida da comunidade, a organização política, manifestação cultural e de produção alimentar, pátio de lazer, e casa cerimonial - *Opy*. A quebra dessa inter-relação entre os espaços produz o desequilíbrio e não há a concepção de *tekoa*. Esta que deve ser garantia do Estado, quanto uma região demarcada de mata preservada com possível estabelecimento de espaços sociais e de áreas cultivares para as aldeias.





parentesco com o plano cósmico. No qual, mesmo que não haja relação direta de parentesco, os *nhanderukuery* (espíritos, divindades do plano cósmico) são literalmente parentes e através da comunicação se estabelece a característica xamânica Mbya. Portanto, além de indicar a centralidade da compreensão extensa de família na dinâmica social Guarani Mbya, o parentesco se constitui como elemento base da dinâmica social interaldeã Mbya, caracterizada pela exolocalidade e predominância da endogamia étnica (Goes, 2020, p. 108), o que atribui o caráter de mobilidade no parentesco e territorialidade.

Tal compreensão ontológica do conceito família possui desdobramentos quanto paradigma na aplicação da política pública do Programa Bolsa Família, e na abertura de serviços da rede socioassistencial em Terras Indígenas. No primeiro, além da necessidade de capacitação adequada para não reproduzir práticas de racismo estrutural, famílias indígenas de contexto urbano não se enquadram nas particularidades da família indígena do CadÚnico, por haver o casamento com não indígena apesar do pai ou mãe e filho serem indígenas. Estas pessoas podem se autodeclararem indígenas, mas há a invisibilidade por estarem em contexto urbano, o que denota a ausência de programas e benefícios para este público acessar. No caso da implantação de serviços da assistência em Territórios Indígenas, há o desafio no atendimento específico para população que requer compreensão da cosmologia Guarani Mbya, respeito à dinâmica social das Tekoas, e profissionais que deveriam em sua maioria ser indígenas.

4. Considerações finais

A categorização da diferença social como recorte de pesquisa ajuda a compreender padrões específicos e demandas de cada geração em equidade por condições específicas como gênero, raça e cor, condição econômica e a detecção de índices de violência. Assim como, o monitoramento da quebra de vínculos sociais e familiares que ampliam a compreensão da vulnerabilidade social para além do que é escasso, mas incorpora pela auto atribuição os indígenas na política socioassistencial como sujeito com capacidade de atuação. Nesta pesquisa evidenciamos a necessidade de novas perspectivas mais comparativas que inter-relacionam as categorias da população e as características do território para compreensão da política pública da assistência social e redimensionam pela metodologia a aplicabilidade na cidade de São Paulo.

Quando se fala em povos originários, há a necessidade de recorrer a estudos etnológicos que expliquem a dominação, violências e negação histórica de direitos implicadas nos debates a serem considerados e normalizados pela compreensão epistemológica colonizante.





Possibilitando a compreensão das organizações sociais em seus moldes territoriais que implicam em outra epistemologia no debate político a partir da cosmologia indígena. O estudo da etnologia Guarani (Tupi-Guarani) está inserido em um complexo campo de expansão, implicado por diversas territorialidades ligadas ao caráter migrante da etnia. Esta problematização é ampliada no contexto do município de São Paulo, no qual a urbanidade confere desdobramentos para dinâmica social indígena.

O Censo Etnográfico 2024 TI Jaraguá contabilizou a quantidade de casas, famílias e pessoas nas 7 Tekoas (Ytu, Itawera, Pyau, Itakupé, Itaendy, Yvy Porã e Pindo Mirim), assim como a identidade de gênero, faixa etária, autodeterminação étnica, tempo de permanência no território, pessoa com deficiência e beneficiários do SUAS, segundo a categorização cosmológica Mbya. Com o diagnóstico final, teremos condições de apresentar a proposta para criar um Observatório Originário, um núcleo de saberes indígenas na SMADS, que possa trazer informações e dados que viabilizem a questão indígena na cidade, influenciando as políticas públicas para essa população. Em ordem de prioridade as propostas deste projeto são: implantação de **CRAS Indígena**, de acordo com a norma prevista no SUAS (Resolução n20) para as TI Jaraguá e Tenondé Porá; criação de um **Observatório de Saberes Originários** para dar prosseguimento ao Censo Indígena e diagnósticos etnográficos; **capacitar Agentes SUAS** para lidar especificamente com a cosmologia das etnias (como previsto pela PNAS); capacitação para os CRAS sobre a questão indígena na cidade; atualização do CADÚnico nas TI e demais regiões em destaques com a presença indígena; e levantamento intersecretarial das demandas que a PMSP poderia atender segundo os registros etnográficos. Por fim, engajar o debate da expansão do Programa Bolsa Família⁶ na especificidade do benefício para indígenas.

Assim, propomos a construção de um Observatório Originário na SMADS, que sirva como núcleo de conhecimento e articulação para políticas públicas voltadas às populações indígenas na cidade. A partir da etnografia e do diálogo com as lideranças, torna-se possível superar a invisibilidade e consolidar ações efetivas de justiça social. Por isso, fortalecemos o embasamento etnográfico da observação participante como método de escuta ativa e sensível, respeitando o protagonismo indígena e promovendo a centralidade de suas memórias. Propiciando um embasamento teórico da etnologia e sobretudo da vivência do contexto das aldeias, no qual o discurso das mulheres, juventude e das lideranças indígenas seja protagonista.

⁶ Estudos Etnográficos sobre o Programa Bolsa Família entre Povos Indígenas. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Esplanada dos Ministérios, 2016.





A valorização da pluralidade de ideias e a multiplicidade sociocultural devem ser as bases iniciais para realização de ações de trabalho, pesquisa e atendimento de pessoas indígenas pela Prefeitura. Este projeto tentou servir como ferramenta de socialização de informações e formas de abordagem compromissadas com a multidiversidade de famílias e indivíduos. Destacando a colaboração com as lideranças e comunidades indígenas, viabilizamos uma articulação de base e uma agenda interlocutora que possui formas sociais, procedimentos próprios e memórias locais que devem influenciar diretamente o repertório metodológico na documentação e na atuação de servidores em territórios e comunidades indígenas. Destaco que ao adentrar o território sagrado é importante atentar-se para a prática da escuta ancestral e ao princípio da reciprocidade.

Em respeito a memória de Jandira Krexu, Augusto Kuaray e Xeramõi Karai Poty José Fernandes este texto tem como objetivo visibilizar a presença indígena na Assistência Social e nas demais políticas públicas que atendam os povos indígenas na cidade de São Paulo, pelo fortalecimento da política indígena! Este projeto contou com a participação do TI Jaraguá que sem os ensinamentos e a ajuda paciente e interessada dos moradores e lideranças da TI não seria possível.

REFERENCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Trabalho social com famílias indígenas na proteção social básica. Brasília, DF: MDS, 2017.

DAMATTA, R. Relativizando: uma introdução à antropologia social. Petrópolis. Vozes, 1981. Estudos Etnográficos sobre o Programa Bolsa Família entre Povos Indígenas. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Esplanada dos Ministérios, 2016.

GOÉS, Paulo Roberto Homem de. Parentesco Cosmológico e Morfológica Mbya Guarani. Ilha – Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 24, n. 2, e70621, p. 90-115, maio de 2022.

LADEIRA, Maria Inês. O caminhar sob a luz: o território mbya à beira do oceano. São Paulo: Edunesp/Fapesp. 2007.

LEVI-STRAUSS, Claude. As estruturas elementares do parentesco. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MELIÁ, Bartolomeu Beliches. A terra sem mal dos Guarani: economia e profecia. Revista de Antropologia, USP, São Paulo, v. 33, p. 33-46, 1990.

PEREIRA, L. N. N. Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas ciências sociais brasileiras. Revista de Antropologia, v. 63, n. 2, 2020.





PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Inventário da legislação indigenista 1500-1800. (in) CUNHA, Manuela Carneiro da. (org) História dos índios no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, Secretaria municipal de Cultura, Fapesp, 1992.

